



Manual Anticorrupção

Versão 1 | Abr/2015

SUMÁRIO

1 Introdução	2
2 Definições.....	3
3 Compromisso e adesão.....	5
4 Indícios que podem caracterizar corrupção	6
5 Violações e Sanções Aplicáveis	6
6 Ações adotadas pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 para evitar condutas que sejam interpretadas como corrupção	8

1 | INTRODUÇÃO

O presente Manual Anticorrupção tem por objetivo assegurar que os colaboradores do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 entendam os conceitos utilizados na Lei Anticorrupção e, ainda, pretende servir como uma ferramenta de orientação para evitar violações a essa lei. Todos os colaboradores do Comitê Rio 2016 têm a obrigação de ler, aceitar e cumprir as diretrizes anticorrupção com o apoio dos gestores, pois esta é uma responsabilidade significativa, dada a complexidade e os altos riscos envolvidos.

A inobservância à Lei Anticorrupção poderá resultar em sérias penalidades ao Comitê Rio 2016 com consequente responsabilização de seus colaboradores e/ou representantes.

Em caso de dúvida, os colaboradores deverão pedir esclarecimentos ao seu gestor imediato ou a Diretoria de Compliance.

Este manual complementa o Código de Ética e Conduta.

2 | DEFINIÇÕES

Para facilitar o entendimento da Lei Anticorrupção, é imprescindível que os colaboradores estejam familiarizados com as definições a seguir:

Administração Pública Estrangeira: órgãos e entidades estatais ou representações diplomáticas de país estrangeiro, de qualquer nível ou esfera de governo, bem como as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro.

Administração Pública: composta pela administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.

Agente Público Estrangeiro: pessoa que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

Agente Público: toda pessoa que exerce - mesmo que de forma transitória ou sem remuneração, seja por eleição, nomeação, designação, contratação, concurso ou qualquer outra forma de vínculo - mandato, cargo, emprego ou função no município, estado, União, órgãos públicos ou qualquer empresa pública ou controlada pelo governo (fundações, autarquias, empresas públicas etc.).

Exemplos de agente públicos:

- Diretores e funcionários de qualquer entidade governamental em nível nacional, estadual, regional, municipal ou local
- Qualquer pessoa física agindo temporariamente de forma oficial para ou em nome de qualquer entidade governamental (como, por exemplo, um consultor contratado por uma agência governamental)
- Diretores e funcionários de empresas com participação do governo
- Candidatos a cargos políticos em qualquer nível, partidos políticos e seus representantes

- Diretores, funcionários ou representantes oficiais de qualquer organização pública internacional, como o Banco Mundial, as Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional

Atos lesivos: são aqueles praticados por pessoas jurídicas, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Concorrência: modalidade de contratação de produtos e/ou serviços, entre quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Corrupção ativa: oferecer ou prometer vantagem indevida a agente público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

Corrupção passiva: solicitar ou receber, para si ou para outros, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Programa de integridade: “consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.”¹

Suborno: consiste da promessa, oferta, doação ou recebimento de algo de valor em troca de um tratamento favorável por uma empresa, autoridade oficial ou agente público. Pode ser caracterizado através de pagamentos em dinheiro e qualquer transferência de valor, tangível ou intangível.

Vantagem indevida: oferta/pagamento de algo de valor para autoridade, governante, agente público ou profissional da iniciativa privada, tais como: dinheiro, viagens, presentes e doações, para que a pessoa em questão deixe de se portar eticamente com seus deveres profissionais, a fim de obter uma vantagem.

¹ Definição prevista no Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que regulamentou a Lei Anticorrupção nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3 | COMPROMISSO E ADEÇÃO

Todos os colaboradores que atuam em nome do Comitê Rio 2016 são obrigados a observar as regras e procedimentos destinados a garantir o cumprimento dos procedimentos anticorrupção estabelecidos no Código de Ética e Conduta, bem como neste Manual Anticorrupção.

O comprometimento dos colaboradores é fundamental para que os procedimentos anticorrupção sejam efetivos. Todos são responsáveis por sua observância no cotidiano profissional.

É responsabilidade de todos os colaboradores comunicar qualquer violação ou suspeita de violação aos compromissos anticorrupção assumidos pelo Comitê Rio 2016, conforme previsto no item 6.8 do Código de Ética e Conduta. Em caso de conhecimento ou suspeita de qualquer irregularidade ou violação, o colaborador deve relatar ao Canal de Denúncias, por meio do e-mail compliance@rio2016.com. O relato será sempre identificado, mas poderá ser garantido o anonimato e confidencialidade pela Diretoria de Compliance.

Não será tolerada retaliação de qualquer natureza contra os colaboradores que de boa-fé comuniquem as transgressões, sob pena de ocorrência de ações disciplinares.

4 | INDÍCIOS QUE PODEM CARACTERIZAR CORRUPÇÃO

Há alguns sinais que poderão indicar aos colaboradores a ocorrência de vantagem indevida ou potencial cometimento de ato lesivo. Alguns exemplos:

- O participante de um negócio tem fama de corrupto
- Há pedido de comissão excessiva, paga em dinheiro ou de forma irregular
- A empresa é controlada por agente público ou seu parente, ou tem relacionamento muito próximo com órgãos governamentais
- A empresa é recomendada por um agente público e/ou se recusa a incluir referências as medidas anticorrupção nos contratos

5 | VIOLAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

O Comitê Rio 2016 poderá ser responsabilizado objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, por atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

A responsabilização do Comitê Rio 2016 não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, sendo que o Comitê Rio 2016 será responsabilizado independentemente da responsabilização individual das pessoas acima referidas.

Violações aos procedimentos anticorrupção podem resultar em severas sanções administrativas e penalidades civis e criminais, aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme segue:

a) Para os colaboradores:

- Advertência informal (somente para violações leves de Compliance)

- Advertência formal
- Demissão (comum ou justa causa)

b) Para a organização:

- Aplicação de multa, variando de 1% a 15% sobre o faturamento bruto, no caso do Comitê Rio 2016, sobre o montante total de recursos recebidos no ano em que ocorreu o ato lesivo
- Ampla divulgação da decisão em meios de comunicação, incluindo o sítio eletrônico da empresa sancionada, implicando em severo risco reputacional ao Comitê Rio 2016

Cabe salientar que a aplicação de sanções não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

Importante esclarecer que a existência de um Programa de Integridade efetivo na instituição é o maior fator redutor do percentual de multa aplicável, até 4%.

6 | AÇÕES ADOTADAS PELO COMITÊ RIO 2016 PARA EVITAR CONDUTAS QUE SEJAM INTERPRETADAS COMO CORRUPÇÃO

- Divulgação deste Manual Anticorrupção a todos os seus colaboradores, além do Código de Ética e Conduta, que são disponibilizados para conhecimento e aplicação dos valores defendidos e praticados pela organização
- Disponibilização de um canal para comunicação direta, mantidos o sigilo e a confidencialidade, por meio da área de Compliance, para esclarecer dúvidas, receber denúncias e sugestões
- Estabelecimento de políticas internas, delineando atitudes admitidas e não admitidas, por exemplo, a Política de Presentes e Hospitalidades
- A auditoria interna tem como missão adicional o monitoramento e a fiscalização do atendimento ao Manual Anticorrupção, devendo incluir tais tarefas aos trabalhos rotineiros e, inclusive, se necessário, estendendo essa verificação a terceiros
- Todos os contratos celebrados entre o Comitê Rio 2016 e qualquer outra empresa, que tenham por objeto a contratação de serviços, compras de equipamentos ou qualquer outro produto, devem incluir uma cláusula anticorrupção e de combate aos atos lesivos contra a administração pública nacional e estrangeira
- O Comitê Rio 2016 não autoriza gastos ou eventos com a administração pública ou agentes públicos, além dos gastos que seriam usuais
- O Comitê Rio 2016 utiliza critérios éticos na seleção de seus fornecedores como, por exemplo, concorrência com requisitos previamente definidos, a fim de garantir isonomia no processo de seleção entre os potenciais concorrentes

04.2015

A reprodução, sob qualquer forma, deste documento é terminantemente proibida, salvo mediante a prévia e expressa (por escrito) autorização do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Eventuais autorizações para reprodução deverão ser solicitadas, por via eletrônica, para o endereço protecaoasmarcas@rio2016.com

Comitê Organizador dos
Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

rio2016.com